

MANIFESTO CONTRA O RETORNO PRESENCIAL DAS AULAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINAS NO MOMENTO MAIS CRÍTICO DA PANDEMIA DE COVID-19

Falar de retorno presencial das atividades escolares nesse momento envolve questões complexas, que tornam urgente que educadoras e demais profissionais que atuam nas unidades educacionais sejam ouvidos.

Uma delas se relaciona à falsa polêmica sobre se as escolas devem ser reabertas para aulas presenciais ou se devem permanecer fechadas. Falsa polêmica porque coloca a questão de forma simplista, como uma opção entre duas alternativas, sem a imprescindível análise do contexto epidemiológico da pandemia de covid19 e das condições materiais e humanas das escolas, necessárias para uma reabertura segura. Já ultrapassamos, em nossas discussões, essa falsa polêmica. Sabemos que a reabertura física das escolas é desejável no atendimento do direito à educação. A questão que se coloca, portanto, é **como e quando é possível reabrir escolas com segurança**; quais são e como estão sendo buscadas e construídas - pelas políticas públicas - as condições epidemiológicas e de funcionamento das escolas para a retomada das atividades presenciais.

Responder a esses dilemas declarando que a educação é atividade essencial e, portanto, não pode ser interrompida em nenhum momento, quaisquer que sejam as condições, é mais uma resposta simplificadora de desrespeito à vida.

Retomando a fala de Daniel Cara, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, afirmamos que educação é essencial para que cada um seja sujeito da sua própria história, para que se garanta o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, como diz a Constituição Federal em seu artigo 205. A educação é essencial para propiciar a cada pessoa a leitura crítica do mundo. Logo, a educação é, sim, essencial para os indivíduos e para a sociedade, o que não a torna uma atividade essencial do Estado, como a garantia da sobrevivência e da segurança que o são em definição legal.

A essencialidade da educação só pode ser entendida do ponto de vista do humano, da criança, do seu direito à educação que, embora inquestionável e fundamental, neste momento é sobreposto pelo direito à vida.

Lembramos, portanto, que a educação é também essencial para a valorização da vida de todos e de cada um. Para que se garanta o pleno desenvolvimento e a formação de nossas crianças como cidadãos e sujeitos da sua história, é condição indispensável ensinar-lhes que a sua vida tem valor. Como isso pode ser feito presencialmente nas escolas num contexto de altíssimo risco de transmissão de uma doença mortal?

A educação é também essencial para que as novas gerações aprendam a valorizar o conhecimento e a compreender a natureza do conhecimento científico. Como fazer isso quando se nega o conhecimento produzido pela ciência? Conhecimento que indica, neste momento, a necessidade de celeridade na vacinação e de aprofundamento do distanciamento social e aumento de restrições à circulação de pessoas e não a reabertura de escolas a

qualquer preço. O que estão fazendo para, de fato, conter a pandemia aqueles que se arvoram defensores da reabertura das escolas? Que condições macrossociais estão criando para que essa abertura seja segura, já que a escola não está isolada do restante da sociedade e não pode, sozinha, garantir a segurança de sua comunidade por mais elaborados que sejam os protocolos sanitários que adote?

Nos causa indignação a banalização do princípio de Gestão Democrática pelo poder público, já que não foi oportunizado diálogo conosco, profissionais da educação, sobre estas questões.

Quem, tendo hoje o poder de decisão e até mesmo de orientação sanitária para uma retomada segura do atendimento presencial, está disposto a olhar para a escola e escutar seus profissionais? Se olharem e ouvirem o que encontrarão? Poderão ver que solidariedade e coesão de esforços é o que tem ocorrido nas escolas há mais de um ano, para, diante do inesperado, do nunca antes vivido, criar meios de manter vínculos com as crianças e seus familiares e delas com os conhecimentos constituintes da escola da infância.

Para os que não estão nas escolas pode parecer que esta é uma tarefa simples, pois podem pensar a educação como mera transmissão de um conhecimento já existente, que apenas passa a ser ensinado por meios virtuais. Entretanto, como descrevemos acima, não é dessa educação que tratamos.

É possível a nós, profissionais da educação, compreender que parte da população pense assim, porém é inconcebível que nossos gestores públicos também o façam.

Precisamos que os mesmos evidenciem em que educação acreditam quando apresentam uma proposta de retorno na qual as crianças permanecerão na escola curto espaço de tempo diário, com intervalos de duas semanas, passando grande parte do tempo em alimentação, sem o direito de explorar muitos dos espaços que lhes possibilitam descobertas, sem interação com colegas e educadoras.

Que conhecimentos se espera que sejam construídos e ressignificados? Ou a relação com os conhecimentos não está sendo considerada neste momento?

Caso essa seja a questão, como isso é possível, se a principal função da escola é a relação com os conhecimentos estabelecida por cada criança na interação com os outros, adultos e crianças, e com o meio físico e social?

Mesmo sabendo que o cuidado, consigo, com o outro e com o meio, compõem os processos educativos, é preciso ter clareza de que a escola não é o espaço da assistência social, ainda que ali a assistência se faça necessária e presente. A escola é um dos pilares de sustentação de políticas públicas que acolhem crianças e famílias, mas não pode ser tratada como se nesse momento fosse o único. A abertura das escolas não pode ser entendida como a resolução do problema.

Algumas vezes parece-nos que o problema deixou de ser um vírus de grande contágio e mortalidade e passou a ser o fechamento das escolas. Cria-se intencionalmente a ilusão de que abrindo as escolas as crianças estarão protegidas.

Mas como protegê-las se não é possível garantir o distanciamento social entre elas, e entre elas e as educadoras? Sim, é IMPOSSÍVEL.

Como protegê-las emocionalmente se serão recebidas por nós com máscaras e outros equipamentos que dificultarão que nos reconheçam? Isso sem falar no quanto as relações com bebês e crianças são mediadas pelo movimento, oralidade, contato físico e expressividade, que estarão seriamente prejudicados pelo uso de EPIs pelos profissionais.

Como proteger os profissionais, já que eles não poderão manter-se distantes das crianças e muitas delas não usarão máscaras, por serem menores de 2 anos, por terem alguma deficiência que as impossibilite ou mesmo porque ainda não se habituaram?

O que significa dizer que a educação é serviço essencial? Se assim o é, por que não houve planejamento de vacinação aos seus profissionais desde o início? Entendemos que há lentidão na vacinação, entretanto, a mesma não é de responsabilidade da educação.

Não é possível planejarmos o retorno sem que uma porcentagem significativa da população e, dentre ela, todos os profissionais que atuam diretamente na escola estejam vacinados e, ainda, que haja um programa de testagens para os profissionais. Enfrentaremos diariamente questões que nos colocarão diante do alto risco de contágio:

- Recebemos inúmeras orientações sobre os protocolos sanitários, entretanto os profissionais em momento algum foram orientados sobre como conciliá-los ao currículo vivo da Educação, em especial da Educação Infantil. Fala-se em porcentagem de crianças, mas nunca nas ausências que constituirão suas vivências em um ambiente preenchido por placas de acrílico e tubos de álcool em gel. De que afetos nossas crianças serão munidas ao serem orientadas a ficarem distantes de seus colegas e a não se tocarem?
- Por que fornecer máscaras de tecido aos profissionais se estas, mesmo tendo eficiência para uso doméstico, não são EPIs (equipamentos de proteção individual)? Todos os profissionais devem ter garantido seu direito a EPIs que proporcionem sua segurança (máscaras N95/PFF2).
- Fomos informalmente comunicados de que as crianças que virão de ônibus fretado não terão a temperatura aferida ao entrarem no transporte, mas apenas ao chegarem na escola. Se for identificada febre, como proceder, já que as famílias dessas crianças residem distantes da escola e não conseguirão vir buscá-las em curto espaço de tempo?
- Por que não há perspectiva de testagem antes ou periodicamente depois do retorno? Isso nos coloca num contexto de alto risco de contágio, já que a circulação de pessoas tende a aumentar com a retomada também de outras atividades, com a intensificação do fluxo de pessoas por conta do próprio retorno às aulas e pela postura de boa parte da população que insiste em não manter o isolamento e não aderir aos protocolos de prevenção.
- Quais evidências científicas indicam segurança ao atendimento presencial neste momento de alto índice de contágio e mortes, coincidente com a mudança de estações do ano, outono/inverno, na qual aumentam também os casos das síndromes respiratórias? Isso poderá sobrecarregar ainda mais os serviços de saúde. Esta observação fundamenta-se em posicionamento da SME em parceria com a Secretaria

da Saúde, em 2020, quando afirmaram que devido ao isolamento social, verificou-se baixa procura do serviço de saúde para casos de síndromes respiratórias, registrando inclusive baixa ocupação de leitos de UTI por crianças com esses quadros.

- O uso dos espaços externos em dias mais frios como os que teremos de agora em diante, privilegiado para minimizar os riscos de contágio por COVID-19, torna-se inviável com bebês e crianças pequeninas. Como escolher entre locais fechados e menos ventilados ou abertos e inadequados à saúde das crianças em períodos de baixas temperaturas?

Dante do exposto acima, nós profissionais das escolas da Secretaria Municipal de Educação de Campinas, deixamos aqui registrado que jamais contestamos o papel essencial da Educação. Ocorre que desde o início da pandemia e até o presente momento, o que justificou o atendimento não presencial das crianças foi salvaguardar o que temos de mais importante: a VIDA, de todos e de cada um.

A proposta de retomada do atendimento presencial nas escolas no momento em que a sociedade enfrenta o período mais crítico e perigoso dessa doença devastadora - COVID 19 - deixa indignadas as pessoas realmente comprometidas com a educação, pois coloca em risco real de morte os profissionais, as crianças e demais membros da comunidade escolar.

Não é novidade que as aglomerações de diferentes grupos causam maior disseminação do vírus, acarretando ampliação no contágio, e que o retorno das crianças às escolas, mesmo seguindo os protocolos, vai gerar aglomerações, pois a escola é local de socialização. O trabalho na educação e, em especial na educação infantil, é realizado em coletivos e fundamentado nas interações, diferente de outras áreas.

Estamos com os hospitais lotados, com falta de remédios, equipamentos e profissionais da saúde. Sem que o percentual de mortes tenha caído para que a sociedade esteja segura diante deste contexto, não admitimos ceder às vontades e aos interesses de determinados grupos políticos e parte da sociedade que imputam à escola o papel de salvadora diante dos problemas sociais e econômicos, colocando toda a comunidade escolar em risco de morte.

Fundamentados na ciência, sabemos que a vacina é, até o momento, o meio mais eficaz na prevenção das complicações causadas pelo vírus, que podem levar adultos e crianças a ter sequelas ainda desconhecidas e comprometer seriamente a saúde coletiva e de cada um.

Sendo assim, antes da retomada do atendimento presencial nas escolas, além da revisão dos planos feitos à DEVISA detalhando fluxos, higienização e utilização de materiais e espaços, **deverá ser garantida a vacinação e o prazo para a imunização a TODOS e TODAS que lá trabalham**. Até o presente momento, tivemos apenas a aplicação da **primeira dose**, que nada garante, em pequena parte do grupo, composta por parcela das pessoas com 47 anos ou mais e sem previsão de ampliação desta faixa etária.

Na tentativa de dirimir algumas destas questões **solicitamos novo adiamento do retorno ao atendimento presencial, e constituição democrática de uma comissão** composta por representantes de vários setores, inclusive do Conselho Municipal de Direitos das Crianças e Adolescentes, que participe do planejamento detalhado do retorno, uma vez que este deve considerar as especificidades de cada etapa da educação, inclusive na elaboração de

protocolos e procedimentos que possibilitem segurança, mas não impeçam as intencionalidades necessárias ao trabalho pedagógico.